



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir, no âmbito desta Comissão, medidas para a proibição legal da exigência de depósito prévio de garantia para atendimento de urgência ou emergência na rede privada de saúde no território nacional.

Senhora Presidenta,

Com amparo no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para discutir medidas para a proibição legal da exigência de depósito prévio de garantia para atendimento de urgência ou emergência na rede privada de saúde no território nacional. Posteriormente, encaminharemos à Comissão a relação de pessoas a serem convidadas para debaterem o tema.

Justificação

A morte do Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Ferreira, que sofreu infarto em 19 de janeiro de 2012, depois de passar por dois hospitais particulares em Brasília,

os quais teriam exigido cheque-caução como garantia por não atenderem ao convênio do paciente, é o mais crítico retrato de uma situação enfrentada por cidadãos e cidadãs no atendimento em hospitais particulares de todo o País: a predominância descabida dos interesses econômico-financeiros das empresas de plano de saúde em detrimento do direito à vida de inúmeros pacientes.

Portanto, urge discutir medidas legais para a proibição da exigência financeira de qualquer depósito prévio como garantia para o atendimento de urgência ou emergência a qualquer pessoa na rede privada de saúde, independente da comprovação de adesão ou filiação a qualquer plano de saúde, no território brasileiro.

Isso posto, formulo o presente Requerimento, esperando contar com o apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

de 2012.

**Deputada Erika Kokay
(PT-DF)**